

# Sarney vê confronto como teste da democracia

## PFL apoiará até Brizola, não o PMDB

O PFL está disposto a apoiar até mesmo Leonel Brizola, se não houver acordo entre as forças liberais de centro, representadas pelo ministro Aureliano Chaves e pelo empresário Antônio Ermirio de Moraes. O partido não admite, em nenhuma hipótese, apoiar qualquer candidato do PMDB, devido às reações das bases regionais e municipais.

Esta foi a colocação feita ontem pela manhã, em São Paulo, a Antônio Ermirio de Moraes, por líderes importantes do PFL, como os senadores Jorge Bornhausen, e José Agripino Maia e deputados Saulo Queiroz, Jayme Santana, Joaquim Francisco e Alcei Guerra. A comitiva foi conversar com Antônio Ermirio com autorização do ministro Aureliano Chaves e do presidente do partido, senador Marco Maciel.

Os líderes do PFL mostraram a Antônio Ermirio que, pelas restrições das bases, o partido não terá condições de apoiar qualquer candidato do PMDB na hipótese da disputa do segundo turno com o candidato do PDT, Leonel Brizola, por exemplo. Observaram que a única maneira de evitar o confronto final entre candidato do PMDB e candidato do PDT seria a aliança do centro, das forças liberais, "representadas, especialmente, por Aureliano Chaves e Antônio Ermirio".

O empresário reagiu com surpresa, comentando que jamais imaginaria que a questão político-sucessória estivesse com tal dimensão. "Para mim, é um fato novo surpreendente e preocupante" — disse Antônio Ermirio aos senadores e deputados do PFL.

Pelos depoimentos dos pefelistas que retornaram ontem mesmo a Brasília — a tempo de participarem das votações na Constituinte — o empresário paulista admitiu entendimento envolvendo a sucessão.

## Receptivo, Ermirio quer mais conversa

A união das forças políticas liberais do País — esta foi a proposta que um grupo de constituintes do PFL, entre os quais o senador pefelista, Jorge Bornhausen (SC), ex-ministro da Educação, levou ontem ao empresário Antônio Ermirio de Moraes, em nome da preservação da ordem democrática no Brasil.

Segundo Bornhausen, Antônio Ermirio mostrou-se receptivo à proposta e os emissários do PFL ficaram de encontrar-se novamente com o empresário, para prosseguir nos entendimentos em favor da união dos liberais.

Informou o ex-ministro da Educação que a ideia da união, no caso, não tem por objetivo o problema da sucessão presidencial nem o do sistema de Governo vigente no País.

Também não se cogitou, durante o encontro, no ingresso de Antônio Ermirio no PFL, conforme revelou Bornhausen, acrescentando que alguns temas a serem eventualmente examinados com o empresário dependerão do que vier a ser resolvido pela Assembleia Nacional Constituinte. Esse é o caso, por exemplo, da possível união dos liberais, com vistas à sucessão do presidente José Sarney. Em princípio não se descarta essa hipótese, mas que deverá ser discutida apenas no instante em que a Constituinte fixar a data da eleição do futuro presidente da República.

Após ressaltar que na conversa com o empresário, os pefelistas não falaram em sucessão presidencial, Bornhausen — que é parlamentarista — admitiu que Antônio Ermirio é presidencialista, como o presidente de honra do PFL, ministro Aureliano Chaves.

Assim, a aprovação do parlamentarismo, pela Constituinte, poderá, a juízo dos pefelistas, contribuir para que Aureliano e Ermirio se desengajem do processo político brasileiro.

A propósito, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) declarou, ontem, sobre o encontro de seus correligionários com o empresário paulista, que «deixará o PFL cinco minutos depois do eventual ingresso de Ermirio nesse partido» (Rubem de Azevedo Lima)



Na mensagem aos congressistas, Humberto Lucena pregou a consolidação do poder civil no País

## Acusado, Lobão nega que é o "pianista"

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou ontem que não processará o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ) que o acusou de ser o autor da fraude ocorrida em plenário, quando o nome do deputado Sarney Filho (PFL-MA), ausente, apareceu no placar do voto eletrônico. Brandão identificou Lobão de costas, através de uma foto do jornal Folha de S. Paulo, incluída no inquérito da Comissão de Sindicância instalada pela Mesa da Constituinte.

Em nota distribuída à imprensa, Lobão alegou não estar envolvido na fraude e classificou a acusação de Brandão como "irresponsável", atribuindo-a à "razões de natureza ideológica". Indagado se iria tomar alguma atitude para esclarecer o episódio, já que alegara inocência, Lobão desconversou.

Muito nervoso, e fugindo do batalhão de fotógrafos que o perseguia para tirar sua foto de costas, Lobão disse que não pode ser acusado através de uma fotografia "ainda mais de costas", uma vez que, para ele, a única pessoa identificável na foto, é o deputado Angelo Magalhães (PFL-BA), que se encontra de lado conversando com o provável fraudador.

### Impugnação

Reiterando não estar envolvido no episódio, Lobão defendeu-se usando o mesmo argumento dos constituintes Angelo Magalhães (PFL-BA), Afif Domingos (PL-SP) e José Teixeira (PFL-MA) ao serem interrogados pela Comissão de Sindicância: "É impossível alguém lembrar quem estava a seu lado passados mais de 15 dias do ocorrido."

O corregedor da Constituinte deputado Jorge Arbage (PDS-PA), a quem foi entregue o relatório inconclusivo, da Comissão de Sindicância, garantiu ser impossível identificar o culpado somente pela foto do constituinte de costas. Arbage explicou que só se houver fato novo, a Mesa da Constituinte poderá instaurar novo inquérito.

O deputado Nilso Sguarez (PM-

DB-PR) considerou a acusação de Brandão como "fato novo" e ontem requereu à Mesa a impugnação do relatório da Comissão de Sindicância e que novo inquérito apure a fraude na votação.

O autor da denúncia de fraude, Brandão Monteiro, disse que após ler o relatório com cuidado vai tomar uma atitude para que a fraude seja apurada, até "as últimas consequências". Brandão diz que a fotografia não deveria ter sido desprezada pela Comissão por tratar-se de "prova indiciária e portanto, sujeita a que apuração prossiga até que se chegue aos culpados".

O episódio dos deputados "pianistas" ocorrido em 84 foi lembrado pelas lideranças partidárias como exemplo de que fatos semelhantes acabam caindo no esquecimento no Congresso. O vice-líder do PMDB, deputado Euclides Scalco (PR) disse que "o Poder Legislativo ao deixar de identificar mais uma vez um pianista, repete uma circunstância de perda cada vez maior de credibilidade da Casa".

O vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP) acha que a Mesa da Constituinte deve ir "até o fundo" e evitar o "espírito de corpo" ao encobrir mais uma anomalia.



Senador Edison Lobão (MA)

## Magalhães duvida que Ulysses ganhe eleição

Recife — O ex-governador Roberto Magalhães previu ontem que o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, será fragorosamente derrotado se disputar à presidência da república e anunciou que se seu "candidato preferencial", Antônio Ermirio de Moraes, não se dispuser a se candidatar "eu apoiarei o ex-governador Leonel Brizola".

"Vamos acabar com essa história de ter medo de gente", disse Magalhães, acrescentando que entre Ulysses e Brizola "eu prefiro dez vezes o candidato do PDT".

O ex-governador de Pernam-

buco, que deu entrevista a uma emissora de rádio do Recife, informou também que até o final deste mês anunciará sua nova opção partidária.

Magalhães considera Antônio Ermirio e Leonel Brizola os dois únicos brasileiros com cacife para disputar, com chances de vitória, a sucessão do presidente José Sarney. Ele previu também que uma parcela considerável do PFL apoiaria tranquilamente o ex-governador do Rio, caso uma disputa eventual no segundo turno o colocasse na condição de adversário do candidato do PMDB.

## Deputado gera discussão com o Itamaraty

O Ministério das Relações Exteriores foi acusado pelo deputado Paulo Macarini (SC), vice-líder do PMDB na Assembleia Constituinte, de estar facilitando o contrabando de maça e alho da Argentina e Paraguai. A acusação foi repelida, com veemência, pelo ministro interino das Relações Exteriores, embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima. O parlamentar e o embaixador tiveram uma discussão curta, mas áspera, no saguão do Congresso Nacional, na manhã de ontem.

"A produção brasileira de alho está condenada por obra do Itamaraty" — comentou Paulo Macarini, apontando para o embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima, logo após a sessão solene de abertura da sessão legislativa. O ministro interino não gostou e reagiu: "Desculpe, deputado, mas não posso aceitar esta acusação".

O deputado insistiu na acusação e o embaixador insistiu na defesa do trabalho do Itamaraty: "Nossa casa tem longa tradição de defesa dos interesses nacionais", disse o ministro interino, enquanto Macarini continuava afirmando que o Itamaraty, não utilizando as normas de salvaguarda, está abrindo as portas ao contrabando.

## Ex-assessor de Aníbal irá depor na CPI

A CPI da Corrupção do Senado ouvirá hoje o depoimento do ex-chefe de gabinete do ex-ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, Lúcio Veríssimo, de quem a comissão espera recolher esclarecimentos sobre os casos de intermediação de verbas federais ocorridas no âmbito daquele Ministério. Amanhã, sobre a mesma questão, deporá perante a CPI o ex-secretário-geral da Seplan, Michal Gartenkrauf.

Na reunião de ontem, o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) propôs que o CPI inspecione, in loco, as obras realizadas em todos os municípios em que seja comprovada a intermediação de verbas federais. Quando não for possível o deslocamento de um membro da CPI, Mansueto sugere a ida de um integrante da Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara, que também vem apurando irregularidades na aplicação de recursos federais. Entre os municípios que devem ser investigados, Mansueto de Lavor incluiu o de Pinheiros, no Maranhão.

A crise entre os poderes Executivo e Legislativo, acirrada na última semana, e a necessidade urgente de entendimento foram admitidas ontem tanto pelo presidente José Sarney, na sua mensagem ao Congresso Nacional, como pelo presidente da Casa, senador Humberto Lucena, no discurso de instalação de 48ª legislatura.

"Os sinais de confronto entre o Governo e a Constituinte são evidentes e preocupantes", constatou Lucena, para depois defender determinado: "Vamos dissipá-los". Ele respondia a mensagem presidencial, lida pelo senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), na qual Sarney declarava como "teste

## "Tenho um mandato a cumprir"

Em sua mensagem anual, lida ontem de manhã na sessão solene de instalação dos trabalhos do Congresso Nacional no corrente ano, o presidente José Sarney não deixou de lembrar que tem "um mandato a cumprir, determinado pela Constituição vigente".

O Presidente da República não foi, porém, além dessa referência, colocada quase que de passagem na parte introdutória da mensagem, logo depois de menções de respeito à instituição parlamentar.

Assinalou o Presidente que o Congresso é o local "do diálogo necessário, o espaço desarmado dos que se armam apenas de intenções democráticas". Disse que "o compromisso de respeito ao conflito é uma petição de boa vontade e não, como muitos pensam, uma forma de acirrar ânimos. O respeito à divergência — assinalou — visa ao entendimento e não ao impasse pelo aprofundamento permanente dos conflitos".

Afirmou adiante ter clara consciência de que foi escolhido "para guiar, pela busca permanente de consenso, a sociedade brasileira na

da verdadeira democracia» os recentes desentendimentos entre a Constituinte e o Palácio do Planalto.

A mensagem presidencial chegou ao Congresso pelas mãos do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Ele foi recebido na rampa de acesso e conduzido ao plenário da Câmara pelos líderes do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado Ibsen Pinheiro, do PFL, deputado José Lourenço; do PDS, senador Jarbas Passarinho e deputado Amaral Netto; do PTB, deputado Gastone Righi e do Governo, deputado Carlos Sant'Anna.

sua difícil travessia institucional". Assinalou também que, "enquanto foi possível", dividiu com os partidos que o apoiavam a responsabilidade pelas medidas, certas e erradas, que a administração adotava, mas depois tornou-se "responsável único". "Porque — explicou — não busco, nem me cabe, subtrair-me do julgamento da História e de meus concidadãos".

### Palmas

Disse ainda o Presidente que já em 1987, viu que haviam sido cumpridos "todos os compromissos assumidos pela aliança democrática".

A mensagem, levada ao Congresso Nacional, como de praxe, pelo chefe do Gabinete Civil, ministro Costa Couto, introduzido em plenário por uma comissão de líderes partidários, foi lida pelo 3º secretário da Mesa, senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), na ausência do 1º secretário, Jutahy Magalhães (PMDB-BA), a quem caberia fazê-lo, e foi recebida com frieza pelo plenário. Apenas algumas poucas palmas a saudaram no final.

## Lucena quer entendimento já

Na abertura do Ano Legislativo Ordinário, ontem, o presidente do Congresso Nacional, Humberto Lucena (PMDB-PB) pregou o entendimento nacional, como "única saída para o impasse a que nos levou a crise econômica", que para ele, "leva o povo a desesperança" e a desconfiar da classe política: "As pesquisas de opinião estão a nos revelar os incríveis índices de nossa popularidade. Os políticos têm que agir".

O senador enfatizou que é urgente o entendimento nacional "não só entre todos os partidos, mas também entre os demais setores da sociedade para se atenuar a crise econômica sob o risco de uma convulsão social".

Humberto Lucena indicou também o melhor lugar para o entendimento se desenvolver: "Os debates sobre a conjuntura política, econômica e social devem

ser transferidos para o plenário das duas Casas do Congresso Nacional", e aconselhou que a Assembleia Nacional Constituinte esteja, "sobretudo nesta fase final", inteiramente dedicada à apreciação da matéria constitucional.

"A Constituinte veio retirar o País do caos político institucional a que nos levou o autoritarismo. A sua missão é criar, no Brasil, o Estado de Direito Democrático", alertou.

O ponto culminante do pronunciamento de Humberto Lucena, foi quando se referiu à Ulysses Guimarães como o "grande timoneiro da democracia", provocando que todo o plenário, em pé, aplaudisse o presidente da Constituinte, a quem prometeu que "a Assembleia vai corresponder ao seu apelo e permanecer em Brasília para agilizar a promulgação da Nova Carta".

## Mensagem divide lideranças

A mensagem do presidente José Sarney ao Congresso Nacional, lida ontem na sessão de reabertura dos trabalhos do Poder Legislativo, dividiu as opiniões dos líderes partidários. Membros de partidos como PDS, PFL e PMDB acham que Sarney deu sinais de que a crise entre o Executivo e o Legislativo foi superada, enquanto nomes do PT e PC do B insistem que, enquanto o Presidente da República continuar defendendo intransigentemente um mandato de cinco anos, o risco de um novo confronto permanece.

"Acho, que as divergências eventuais nunca podem ser colocadas em termos institucionais", advertiu o líder do PMDB na Constituinte Mário Covas.

Por sua vez, o líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, acredita que houve uma redução nas tensões entre o Governo e a Constituinte.

O líder do PFL, deputado José Lourenço, preferiu culpar os políticos pela crise entre Sarney e a Constituinte.

Para o líder do PCdoB, deputado Haroldo Lima, a confrontação entre os dois poderes ainda não foi superada, mas o que ocorreu foi apenas uma trégua momentânea.

O deputado José Genoíno, vice-líder do PT, acha que o Presidente não teve força para continuar com o enfrentamento com a Constituinte. Já o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, acredita que a decisão de Sarney em parar com as críticas à Constituinte foi em função da reação dos constituintes, da sociedade e parte dos militares que discorda das declarações do Presidente.

Numa posição intermediária entre os grandes partidos e as esquerdas, o líder do PCB, deputado Roberto Freire, acha que a crise entre Governo e Constituinte foi provocada por assessores do Presidente que apostam no confronto, como o ministro Antônio Carlos Magalhães e o consultor-geral da República, Saulo Ramos.